



JUSTIÇA

Sim à reforma dos tribunais, mas feita a pensar nos cidadãos

Mudanças na área da Justiça são bem-vindas, desde que afastadas da lógica “economicista” e do “experimentalismo”

NOVO MAPA JUDICIÁRIO

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

É necessária, mas desde que feita “com pés e cabeça”, sem “experimentalismos”. Está aqui em causa a reforma do mapa judiciário, que para os advogados inquiridos pelo **Negócios** tem de avançar, mas desde que salvaguarde os cidadãos e não se resume a uma mudança com intuítos meramente economicistas.

A reforma do mapa judiciário é considerada pelo advogado Rui Patrício como “um dos passos importantes para melhorar o sistema de justiça”. Ainda assim, o sócio da Moraes Leitão deixa um alerta para as implicações ao nível dos “aspectos simbólicos e identitários das populações” e também “no que respeita à integração e combate à desertificação de certas áreas do País”. Porém, argumenta, há que fazer escolhas: “Neste caso penso que se deve escolher o caminho da racionalização dos meios e reformar o mapa judiciário, cuja configuração, no essencial, ainda é a do Século XIX”.

Para Natália Garcia Alves, sócia da Abreu Advogados, as mudanças agora anunciadas limitam-se a dar seguimento à prevista redução dos 308 tribunais judiciais para 39 comarcas, conforme pretendia o anterior Executivo. Com uma pequena “nuance”: o actual Governo pretende reduzi-las para 20 comarcas. Isto, numa lógica de racionalização de meios, afectando-os aos tribunais com mais pendências processuais.

“Sendo a morosidade da Justiça o problema mais grave do nosso sistema judicial, se esta medida for, efectivamente, concretizada, poderá dar frutos e fará silenciar as vozes que se levantam e contestam o encerramento previsto de cerca de 50 tribunais em que a pendência é, alegadamente, reduzida e não justifica

a sua manutenção”, sublinha Natália Garcia Alves.

Justiça sem “experimentalismos”

Desde há muito que José Carlos Soares Machado defende que a necessária reforma da justiça passa pela reorganização dos tribunais. O sócio da SRS Advogados acredita que a proposta avançada pelo Governo vai pelo caminho certo. Em todo o caso, sustenta que “é preciso ter o cuidado de fazer as coisas com bom senso e flexibilidade, para que não resulte em mais uma reforma, como as anteriores, que ao fim de algum tempo se conclui que devia ter sido feita de outro modo”. Até porque, como diz, “a importância da Justiça não se compadece com experimentalismos”.

É igualmente neste sentido que João Santos, advogado da Miranda, entende as mudanças em curso. Em sua opinião, a proposta do Ministério da Justiça “enuncia princípios orientadores genericamente adequados, embora atenda demasiadamente à organização geográfica dos meios, materiais e humanos, por comparação com o modelo de organização dos tribunais”.

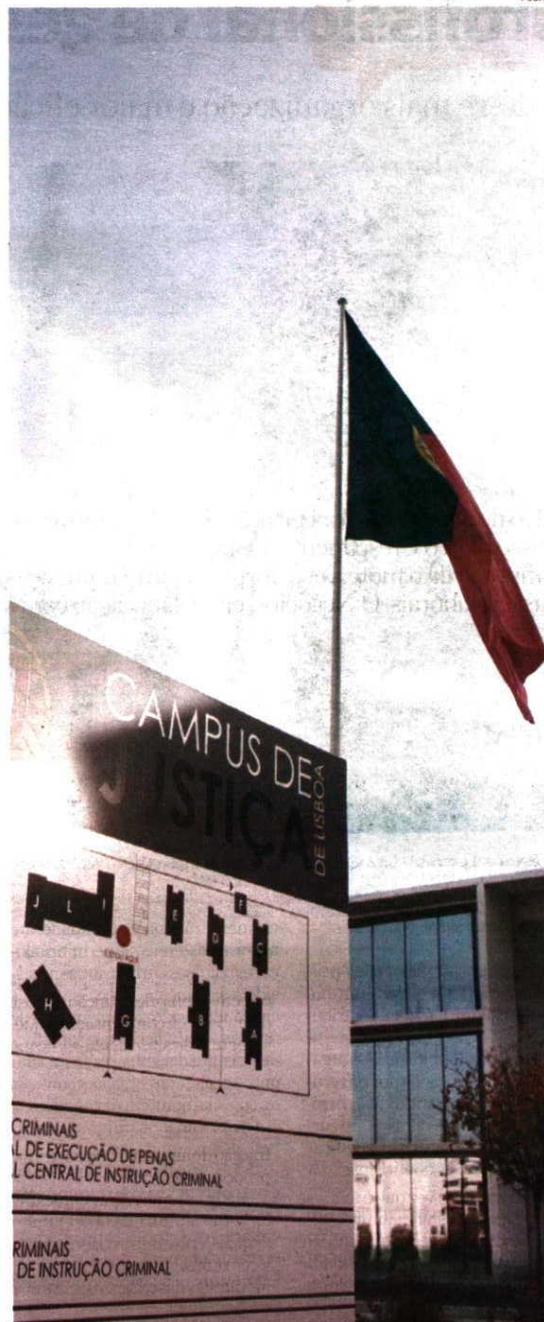
Outro dado crítico que encontra nesta reforma prende-se com o facto de a mesma resultar dos constrangimentos financeiros com que o País de debate. Segundo João Santos, estes aspectos “terão pesado em demasia nalgumas das opções propostas, designadamente ao nível da divisão territorial dos tribunais”. Ora isso pode causar, adianta, “efeitos muito nefastos na administração da Justiça, designadamente junto daqueles cidadãos menos informados e com menor capacidade financeira”.

Francisco Colaço, sócio da Albuquerque & Associados, considera mesmo que reforma aponta para um “nível de cortes em meios materiais

Futura organização tem de ser lei até 31 de Julho

Em 2013, o País já deverá ter uma nova organização administrativa dos seus tribunais. Pelo menos é esse o teor do despacho da ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, publicado em Diário da República a 20 de Fevereiro. O anteprojecto do novo mapa judiciário terá de estar fixado até 15 de Abril e transformado em Lei até 31 de Julho. A organização judiciária será gizada a partir do “Ensaio para a reorganização da estrutura judiciária”, com novas contribuições de um grupo de trabalho que integra representantes do Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Conselho Superior do Ministério Público e Associação Nacional de Municípios Portugueses. Serão ainda ouvidos os dirigentes das organizações que representam as diferentes profissões jurídicas.

e humanos elevadíssimo”, que em sua opinião “não augura nada de bom”. Ou seja, “os cidadãos ficarão com menos tribunais e mais distantes entre si, aumentando ainda mais um tão latente sentimento de afastamento e insegurança”. Por outro lado, avança ainda, a reforma tal como proposta “não vai beneficiar os funcionários judiciais, que serão reduzidos em número e sujeitar-se-ão a um regime de mobilidade, e não vai beneficiar os magistrados: serão menos e terão ainda mais trabalho”.



Tribunais | Nova organização administrativa entrará em vigor durante 2013.

Morosidade [é] problema mais grave do nosso sistema judicial, [se a reforma for] concretizada, poderá dar frutos.

NATÁLIA GARCIA ALVES

Cidadãos ficarão com menos tribunais [...], aumentando ainda mais o sentimento de afastamento e insegurança.

FRANCISCO COLAÇO